

PROTOCOLO DE ENTREGA DE RECURSO ADMINISTRATIVO

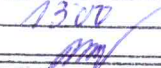
REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2021

Processo Administrativo n.º SEI-260005/000037/2021

Declaramos que recebemos o recurso administrativo da empresa ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA sob o CNPJ nº 11.676.676/0001-16, sediada na Avenida Deputado Octavio Cabral nº 288, Sala 3 - Itaguaí/RJ.

Rio de Janeiro , 07 de junho de 2021.

Assinatura do Representante

FAETEC	
PROTOCOLO CENTRAL	
Entrada:	07 / 06 / 2021
Hora:	13:00
Rubrica:	

Nilton Oliveira Veras
Gerente de Área
C13211918-6
FAETEC

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC**

**EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 0002/2021**

ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.676.676/0001-16, com sede na Av. Octavio Cabral, 288/ sala 03 – Centro – Itaguaí, Rio de Janeiro – CEP: 23.810-301, representado neste ato por seu representante legal, vem oferecer

<p>RECURSO ADMINISTRATIVO</p>

em razão da inabilitação, por decisão do Sr. Presidente da CL, pelos fatos e fundamentos que passa a expor, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Sa. não se convença das razões abaixo formuladas.

EMINENTE JULGADOR,

PRELIMINARMENTE, cabe informar que a empresa **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP** atendeu rigorosamente os ditames do Edital, apresentando toda a documentação necessária à habilitação. Portanto, encontra-se, **HABILITADA E APTA** para o prosseguimento do certame.



DA TEMPESTIVIDADE

A empresa recorrente foi inabilitada, segundo a Comissão de Licitação, sob alegação do comprovante de inscrição cadastral Estadual não se encontrar autenticado e não ser possível realizar a autenticidade da mesma, pois em consulta ao site SEFAZ obtiveram documento diferente do apresentado. Dando conta da sua inabilitação, afigurando-se, portanto, tempestivo o prazo para manifestação e motivação em recorrer, sendo-lhe concedido o prazo estabelecido na Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 para apresentação da fundamentação das suas alegações.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a concorrência pública - Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC / Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, dividida em 4 LOTES, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo III) e Proposta Detalhe (Anexo I).

DAS RAZÕES DO RECURSO

Inicialmente cumpre salientar que a interpretação do item mencionado dever ser feita de maneira sistemática, ou seja, em consonância com a norma contida na Lei de Regência o com o disposto no artigo 37 da CRFB.

Também é de saber geral que na fase de habilitação a Administração deve se desapegar de critérios rigorosos que resultem na diminuição de empresas concorrentes. Ao contrário, deve analisar os documentos sob a ótica da segurança jurídica ao órgão contratante, inabilitando apenas as licitantes cuja documentação seja falha a ponto de ainda que por hipótese gerar riscos a uma eventual contratação.

De mais a mais, a luz dos princípios constitucionais, é necessário que o agente público observe as garantias e os direitos dos licitantes, balizando sua conduta e direcionando-se a uma análise mais abrangente contexto.

Feitas essas considerações iniciais, a Comissão de Licitações entende, de forma equivocada, por inabilitar a recorrente, não seguindo os ditames da Lei 8.666/93, nem a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

Desta feita, a sua inabilitação se encontra despida de razoabilidade, além de violar os princípios da ampla concorrência e vantajosidade econômica, afigurando-se, dessa forma, como ato nitidamente ilegal, como a frente ficará demonstrado.

A comissão de licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestamente ilegal, ferindo diversos princípios das licitações públicas, entre eles o da isonomia, conforme será demonstrado abaixo.

Assim deve-se esclarecer que não existe necessidade de autenticar as certidões emitidas via internet, uma vez que a confirmação das informações através de consulta ao site respectivo já terá o condão de conferir autenticidade ao documento. Saliente-se que é recomendável que a Comissão consigne na própria certidão a realização dessa consulta ao site respectivo, podendo indicá-la no verso do documento.

O que se deve ter em mente, é que a emissão de certos documentos via internet, inserem-se num contexto de desburocratização, em que se busca afastar certos procedimentos tradicionais, tais como a exigência de prévia autenticação, em prol da rapidez no atendimento.

De mais a mais, diante da nova disciplina da matéria não há mais que se exigir "prova da situação cadastral" nas licitações que vierem a ser instauradas, já que a prova da condição constante do art. 29, inc. II da Lei nº 8.666/93 não se faz mais através da apresentação de um documento pelo licitante, mas por meio de consulta à internet pela própria Administração, necessariamente não se pode fechar os olhos para a evolução.

Por outro lado, não se descarta que o recorrente, tenha apresentado no procedimento licitatório, o comprovante de inscrição cadastral, nos termos da resolução SEFAZ nº 720/2014.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

CNPJ/CPF 11.676.676/0001-16	Inscrição Estadual 79.910.520	Data da concessão da inscrição 08/05/2013
Nome empresarial ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA EPP Título do estabelecimento CONSTRUTORA ENGESERVICE Natureza Jurídica Sociedade Empresária Limitada Regime de apuração Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito		
Tipo de unidade principal Unidade Operacional		
Endereço do estabelecimento AVN DEPUTADO OTAVIO CABRAL, 288 SALA 03 SOBRADO CENTRO - ITAGUAI RJ 23.810-301		
Situação cadastral Habilitada	Data da situação cadastral 08/05/2013	
Atividades econômicas (CNAE) Principal 41.20-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Secundárias 38.12-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS 42.11-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS 42.22-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO 52.23-1/00 - ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS 68.10-2/01 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS 68.22-6/00 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA 77.11-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR 81.11-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS 81.21-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS 81.22-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS 81.29-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 81.30-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
Unidade de cadastro AFR 20.01 - AFR 20.01 - Metropolitana	Unidade de fiscalização AFR 20.01 - AFR 20.01 - Metropolitana	
Observação Regime normal desde 01/01/2019. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.		

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo 1, em 31/05/2021 12:43:55

DA SITUAÇÃO CADASTRAL DOS CONTRIBUINTE DO CADICMS

Seção I

Dos tipos de Situação Cadastral e do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Art. 39. A inscrição estadual poderá estar enquadrada em uma das seguintes situações cadastrais:

I - Habilitada; **(Que é o nosso caso)**

II -

Art. 40. O Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CISC), disponível para consulta no Portal da SEFAZ na Internet, é o documento de identificação do contribuinte, que comprova sua inscrição e sua situação cadastral no ato da consulta.

Assim bastaria que a Administração, tendo conhecimento do número sob o qual a empresa licitante informa estar cadastrada, consultasse o portal da SEFAZ na internet, no endereço página: <http://www4.fazenda.rj.gov.br/sincad-web/index.jsf>, no serviço de "Emitir

Comprovante de Inscrição Estadual e de Situação Cadastral" (conforme dispõe resolução SEFAZ N° 720/14, em seu artigo 40) com vistas a constatar se a empresa encontra-se efetivamente inscrita.

A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU. (Representação). Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Acórdão nº 918/2014- Plenário. Julgado em 09/04/2014. Processo: Diligência).

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Valmir Campelo)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Assim, repita-se, deveria o Pregoeiro, em havendo fundada dúvida, obter as informações necessárias no site da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, por meio de simples consulta, que se torna autêntica quando verificada no site, e não de forma no mínimo suspeita, afirmar que em consulta obteve documento diferente do apresentado.

É também de boa valia assinalar que, em consulta à autenticação eletrônica da certidão apresentada, não há dúvida que o documento juntado é legítimo, corroborando a plausibilidade do direito invocado pela licitante, não havendo nenhum documento diferente do apresentado.

Diante do todo exposto, arrimada que está nos fundamentos de fato e de direito expendidos, os termos do Edital de convocação tais como agora expostos, há a convicção da recorrente que sua irresignação encontrará eco na

sensibilidade desta Comissão Permanente de Licitação e, adotados os meios de apreciação e comparação que a jurisprudência coloca a disposição da Administração, entende que se admitirá por comprovados de forma sobeja, tanto o atendimento das exigências insculpidas no edital como capacidade total da recorrente em enfrentar e atender a todas as futuras obrigações contratuais, em face de que os próprios documentos juntados pela mesma fazem a prova administrativa necessária a rever-se a respeitável decisão ora guerreada.

DO PEDIDO

POSTO ISSO, por não haver qualquer vedação legal e ou editalícia que proíba a recorrente **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP**, a participar e concorrer ao processo licitatório, seja recebido, por tempestivo e pertinente, o presente Recurso Administrativo e, nos termos do edital, através do digno Presidente da CPL, para que, forte nos fundamentos de fato e direito articulados acima, reconsidere sua posição que declarou pela inabilitação da recorrente, vindo então a decidir pela **HABILITAÇÃO** da mesma.

Todavia, se por ventura, ainda assim, não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, requer a remessa do recurso à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no Parágrafo 1º, do artigo 113 da supracitada Lei. Requerimentos estes que se faz por respeito ao princípio legal, pois temos absoluta convicção que não se farão necessários.

E por fim, persistindo, comunicará ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo da judicialização do caso.



Nestes Termos,
P. deferimento.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 2021.


ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP

Marco Aurélio Barbosa Monteiro
Engenheiro Civil
CREA/RJ 6561-D 1ª REGIÃO

11.676.676/0001-16
ENGE SERVICE ENGENHARIA
E SERVIÇOS LTDA EPP
Av. Deputado Octavio Cabral, 288 sala 3
Centro - CEP 23810-301
ITAGUAÍ - RJ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

11.676.676/0001-16

Inscrição Estadual

79.910.520

Data da concessão da inscrição

08/05/2013

Nome empresarial

ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA EPP

Título do estabelecimento

CONSTRUTORA ENGESERVICE

Natureza Jurídica

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Regime normal de tributação - Confronto débito e crédito

Tipo de unidade principal

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimentoAVN DEPUTADO OTAVIO CABRAL, 288 SALA 03 SOBRADO
CENTRO - ITAGUAÍ RJ 23.810-301**Situação cadastral**

Habilitada

Data da situação cadastral

08/05/2013

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

41.20-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Secundárias

38.12-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS

42.11-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

42.22-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES
CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

52.23-1/00 - ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

68.10-2/01 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS

68.22-6/00 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

77.11-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

81.11-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS

81.21-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS

81.22-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

81.29-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

81.30-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS

Unidade de cadastro

AFR 20.01 - AFR 20.01 - Metropolitana

Unidade de fiscalização

AFR 20.01 - AFR 20.01 - Metropolitana

Observação

Regime normal desde 01/01/2019. Documentos fiscais emitidos podem gerar crédito.



Emitir comprovante de inscrição estadual e situação cadastral

Informe um dos campos para pesquisa:

CNPJ

CPF

Inscrição estadual

Exibir somente inscrições baixadas

4 3 X **9** 5



11.676.676/0001-16

79.910.52-0

Habilitada

CISC - Comprovante de inscrição e de situação cadastral

Anexo à Resolução SEFAZ n.º 720/14

PARTE II - DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

ANEXO I - DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS (CAD-ICMS)

- CAPÍTULO I - DOS CONCEITOS (Art. 1.º ao 6.º)
- CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CAD-ICMS
 - Seção I - Da Obrigatoriedade da Inscrição para Pessoa Jurídica (Art. 7.º ao 8.º)
 - Seção II - Da Obrigatoriedade de Inscrição para Pessoa Física (Art. 9.º)

CAPÍTULO VI

DA SITUAÇÃO CADASTRAL DOS CONTRIBUINTES DO CADICMS

Seção I

Dos tipos de Situação Cadastral e do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Art. 39. A inscrição estadual poderá estar enquadrada em uma das seguintes situações cadastrais:

I - Habilitada; **(Que é o nosso caso)**

II -

Art. 40. O Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CISC), disponível para consulta no Portal da SEFAZ na Internet, **é o documento de identificação do contribuinte, que comprova sua inscrição e sua situação cadastral no ato da consulta.**